



MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº __, DE __ DE ____ DE 2017.

**Dispõe sobre a criação da Frente
Parlamentar Municipal em defesa da Previdência.**

Excelentíssima senhora.
Vereadora Maria Helena Alves Duarte
M.D. Presidente da Câmara municipal de Santana do Livramento

Art. 1º Fica criada a Frente Parlamentar Municipal em Defesa da Previdência.

Art. 2º A Frente Parlamentar Municipal em Defesa da Previdência será constituída de forma pluripartidária por vereadores que a ela aderirem de forma voluntária, sendo no máximo dois integrantes de cada bancada, cujos nomes deverão ser informados a mesa diretora no prazo de até sete dias após a aprovação deste projeto.

Art. 3º Os trabalhos da Frente Parlamentar Municipal em Defesa da Previdência, será coordenados por um Presidente e um secretário, sendo que o Presidente será o proponente do Projeto e o secretário será escolhido entre os membros da comissão.

Art. 4º As reuniões serão convocadas pelo Presidente da Comissão.

Parágrafo Único: As reuniões no que trata o caput deste artigo serão abertas e poderão contar com a participação de organizações representativas da sociedade civil organizada bem como sindicatos e associações de moradores e trabalhadores.



MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

Art. 5º Os trabalhos da Frente Parlamentar serão desenvolvidos até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser concluído a qualquer tempo, desde que seja decidido por maioria dos membros.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Santana do Livramento, 31 de janeiro de 2017.



Leandro Ferreira

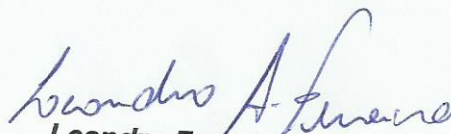
Bancada do PT



MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO

JUSTIFICATIVA

É o momento dos Parlamentares desta casa se unirem em defesa dos direitos conquistados pelos trabalhadores rurais e urbanos para sua aposentadoria. A proposta de Reforma da previdência prevê que o trabalhador terá que contribuir por 49 anos se quiser receber 100% da aposentadoria. As novas regras estabelecem ainda idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, segurados do INSS, servidores públicos, trabalhadores rurais e urbanos. É inegável o retrocesso dos direitos adquiridos pela classe trabalhadora. A Proposta deve voltar a tramitar no congresso nacional em fevereiro após término do recesso parlamentar.


Leandro Ferreira

Bancada do PT